

São Paulo, 20 de março de 2017.

Ao  
Departamento de Biocombustíveis da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do  
Ministério de Minas e Energia.  
Esplanada dos Ministérios, Bloco U, Edifício Sede, 9º andar  
70.065-900 - Brasília/DF

**Att.: Sr. Miguel Ivan Lacerda de Oliveira**  
**Diretor do Departamento de Biocombustíveis**

**Ass.: Consulta Pública 26 – RenovaBio - Diretrizes Estratégicas para Biocombustíveis.**

Prezado Senhor Diretor,

A Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil – APROBIO, entidade de âmbito nacional que representa indústrias de capital nacional do Setor de Biodiesel, cumprimenta cordialmente o ministério e apresenta as suas considerações à Consulta Pública nº 26 de 15/02/2017: RenovaBio - Diretrizes Estratégicas para Biocombustíveis.

Dentre as diretrizes estratégicas apresentadas na referida consulta pública duas solicitações recorrentes do setor de biocombustíveis foram contempladas - o reconhecimento da importância dos biocombustíveis e a previsibilidade – o que confirmamos nossa satisfação e apoio.

O posicionamento do setor e suas propostas foram apresentados em documento conjunto entregue em outubro de 2016 a esse Ministério. Considerando os demais documentos, do ministério e as notas técnicas da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), apresentamos, entendemos ser pertinente que alguns pontos e colocações possam ser reavaliados com uma perspectiva diferenciada. Algumas considerações utilizadas no lançamento do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) evoluíram em função do conhecimento adquirido, demandando novas reflexões.

Conforme demonstrado pelo setor, projetar uma mistura mínima de 20% em 2030 é uma meta desafiadora, porém viável. Certamente depreende uma quantidade de ações e ajustes que envolvem o executivo, o legislativo e também setores da iniciativa privada para ser concretizada. As medidas viabilizadoras elencadas trazem avanços e promoção do desenvolvimento da atividade econômica no país em diversas áreas estratégicas e com impacto muito maior que só a produção de biodiesel propriamente dita. Sendo assim, entendemos a visão conservadora do Ministério ao indicar uma busca de previsibilidade da mistura B15, acreditando que considerada como obrigatória. Contudo, reafirmamos o entendimento do setor de que a meta de uma mistura mínima de 20% deva ser considerada.

O posicionamento do setor entende como factível a produção de 18 bilhões de litros anuais até 2030, com a mistura proposta de pelo menos 20%. Além disso, tal consideração é uma sinalização importante para o mercado e usuários acerca de especificação do teor de biodiesel no combustível nacional para os anos vindouros.

Antecipadamente reconhecemos e parabenizamos pela competência e qualidade do trabalho desenvolvido na elaboração pela EPE das Notas Técnicas, mas nos permitimos fazer os seguintes comentários:



**NT1: O Papel dos Biocombustíveis:**

Acreditamos que o texto abaixo acaba por unir conceitos distintos ou simplificados, o que acabou por gerar conclusões de certa forma conflitantes.

*“Para a adição de maiores teores de biodiesel, o ideal é a diversificação de insumos, buscando cultivos com maior rendimento por hectare, o que pode propiciar a queda no preço final do produto e favorecer a sua competitividade. Para tal, tais culturas devem ser objetos de pesquisa e desenvolvimento agrícola.*

*Nesse sentido, destaca-se a palma, que pode fortalecer um dos pilares do programa, que é a agricultura familiar, intensiva em mão-de-obra, e que produz cerca de seis vezes mais óleo que a soja. A tradicional zona produtora de palma, que é o Pará, apresenta alto potencial de conflito fundiário. Resolver esta questão é fundamental, não só para a produção de biocombustíveis, mas para seu desenvolvimento sustentável do local. Desta forma, a inversão em infraestrutura logística poderá atrair parcerias entre capital público e privado, dinamizando o cultivo da palma na região.”*

Certamente a diversificação de insumos para o biodiesel é altamente desejável. Contudo, a análise deve ser mais abrangente que a simples produtividade em óleo por hectare, mas sim na renda geral da produção por hectare, para tanto, deve-se considerar e valorizar todos os coprodutos da cultura. As principais matérias primas hoje do biodiesel são coprodutos e subprodutos de suas cadeias, onde o valor do óleo / gordura não é a principal fonte de faturamento.

A cultura deve ser rentável ao agricultor, resultado possível com a escolha de seu cultivar e manejo adequado da propriedade. Estas são condições necessárias para uma boa produtividade e também custos adequados de produção. Entre as componentes de custo deve-se considerar a quantidade de trabalhadores por hectare plantado.

Para a agricultura familiar, culturas com alta demanda por mão de obra podem não ser as mais adequadas, pois estas propriedades são caracterizadas, hoje, pelo trabalho individual do produtor, com a permissão de contratação de um número de empregados muito reduzido. Além disso, uma expansão baseada somente em agricultura familiar, ainda que organizada em cooperativas, dificilmente terá envergadura econômica capaz de gerar parcerias de capital público e privado para investimento em infraestrutura logística.

O texto, ao abordar a inclusão social e o fortalecimento da agricultura familiar, discorre sobre os benefícios do Selo Combustível Social (SCS):

*“Empresas detentoras do selo concorrem prioritariamente à venda de 80% do volume total a ser arrematado nos leilões de biodiesel e possuem acesso a melhores condições de financiamento e redução parcial ou total de tributos federais.”*

De fato, as empresas detentoras do SCS possuem uma redução dos tributos federais, no entanto a redução está restrita ao biodiesel produzido a partir da matéria-prima oriunda desses agricultores. Assim, as reduções, parcial ou total, ocorrem apenas sobre o volume produzido a partir do produto agrícola colhido pelo agricultor familiar que foi adquirido, processado e convertido em biodiesel pela usina detentora do SCS. Além disso, o texto traz uma informação imprecisa, pois não temos conhecimento de que haja linhas de crédito com melhores condições e taxas específicas aos produtores detentores do SCS.

O investimento em melhoria na infraestrutura logística é uma das ações viabilizadoras levantadas pelo setor. Por outro lado, há um receio quando a inclusão de uma análise simplificada sobre custos logísticos e localização de usinas e agroindústrias. A localização de tais complexos industriais buscam um compromisso entre as restrições e custos logísticos para o recebimento de insumos e para o envio dos produtos finais aos mercados consumidores.



*“A logística de produção e escoamento da matéria-prima e do produto final pode ser ampliada, principalmente para as regiões norte, nordeste e semiárido. A comercialização, hoje feita através de leilões, tem se desenvolvido para minorar os problemas de transporte. Cabe uma reflexão sobre a necessidade de revisão do modelo, inclusive contemplando a instalação de usinas descentralizadas, para evitar que altos custos de transporte incidam sobre o produto final e inviabilizem a diversificação de insumos e o desenvolvimento regional.”*

Uma maior participação do Nordeste no fornecimento de matéria-prima e na própria produção de biodiesel dependerá do desenvolvimento da agricultura da região como um todo. No entanto, o setor de produção de biocombustíveis, como o de biodiesel, possui uma capacidade de mobilização muito mais limitada que o estado brasileiro para a promoção de tal desenvolvimento. Assim, o desenvolvimento da produção agropecuária da região, aliada a uma infraestrutura logística adequada, certamente atrairá investimentos para a sua industrialização, o que incluirá a indústria de biodiesel nas regiões que desenvolverem culturas oleaginosas.

## **NT2: Sustentabilidade:**

Ao avaliar o PNPB é relevante trazer referências aos seus pilares e premissas iniciais, contudo, muito se evoluiu nestes mais de 10 anos de programa, onde benefícios não mapeados tornaram-se realidade e objetivos iniciais mostraram-se inexecutáveis ou conflitantes. Um exemplo é a participação do sebo bovino, inicialmente uma fonte de matéria-prima não mapeada, considerado como um rejeito e que possui uma sólida participação na composição do biodiesel nacional.

A inclusão da agricultura familiar reduz, em parte, a competitividade e a modicidade de custos esperada do programa. O nível de participação exigido é ajustado pelo governo por meio de portarias ministeriais, porém as dificuldades em estruturar uma cadeia produtiva agrícola no Norte e Nordeste mostrou-se um desafio muito superior ao que o programa poderia alavancar e a participação destas regiões na produção de biodiesel é muito pequena. O desafio tornou-se ainda maior pelas condições climáticas amplamente desfavoráveis dos últimos anos, especialmente na região Nordeste.

Em 2010 cresceu a expectativa de expansão da cultura da palma de óleo. Este foi o ano em que o Zoneamento Agroecológico da Palma de Óleo foi publicado. Certamente um alicerce necessário para uma expansão sustentável da cultura, mas ainda muito inferior às expectativas e necessidades de consumo do país. Diversos fatores retardam novas expansões da cultura da palma de óleo no “arco do desmatamento”.

*“Cultivos com maior produção de óleo por hectare, como a palma, propiciarão a queda no preço final do produto e irão favorecer a sua competitividade, além da possibilidade de recuperação de áreas degradadas no arco de desmatamento da Amazônia Legal (EMBRAPA, 2010). Tais medidas convergem para a sustentabilidade socioambiental e econômico-financeira, já que essa cultura é intensiva em mão-de-obra.”*

Aliar a recuperação de áreas degradadas e desmatadas com o cultivo de palma de óleo é um fator ambiental importante e que deve ser fomentado e divulgado. Entretanto, os óleos vegetais como o óleo de palma e o óleo de soja são *commodities* com intenso comércio global, utilizadas em diversas aplicações e muitas vezes intercambiáveis entre si. Logo, as suas cotações seguem variáveis relacionadas ao mercado internacional, e não necessariamente aos custos locais de produção. Ainda que outros óleos vegetais desponham como potencial matéria-prima para a produção de biodiesel, como a macaúba, os preços internacionais do óleo de soja tendem a balizar os custos do óleo local. Uma movimentação semelhante foi e é observada com a cotação do sebo bovino.

A sustentabilidade econômico-financeira de uma produção, inclusive a agrícola, deve considerar a rentabilidade da mesma, logo, o valor de venda deve superar os seus custos. Desta forma, uma maior produtividade é fator fundamental desta equação, além dos custos logísticos associados ao seu escoamento.

Agradecemos esta oportunidade, permanecemos à vossa disposição para eventuais esclarecimentos e/ou informações adicionais e, confiamos na avaliação de V. S.<sup>a</sup> das considerações apresentadas, com a certeza de que as repercussões serão muito positivas para o Brasil.

Atenciosamente,



---

Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil – **APROBIO**  
Julio César Minelli – Diretor Superintendente.